

## EDITORIAL

### IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA CATARINENSE

*Lauro Mattei\**

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas por crises econômicas recorrentes. Na década de 2000 o mundo foi fortemente abalado pela crise financeira de 2008-2009, cujo epicentro ocorreu na esfera financeira, porém com contágio sobre a economia real em todas as partes do globo terrestre. Seus efeitos se fizeram sentir por vários anos, sendo que diversos países ainda não conseguiram retornar à situação pré-crise.

Já a década 2020 iniciou com uma nova crise econômica totalmente diferente das anteriores, uma vez que agora são as consequências da pandemia provocada pelo novo coronavírus que, além de ter causado milhares de mortes, impactou negativamente a economia em praticamente todos os países do mundo. É importante registrar que esta nova crise é bem distinta das crises anteriores, uma vez que aquelas eram crises derivadas do próprio funcionamento das estruturas econômicas. Agora as sociedades estão enfrentando uma crise sanitária de proporção global, com drásticas consequências em diversas esferas das sociedades contemporâneas. De um modo geral, já se sabe que os efeitos econômicos da COVID-19 não serão de curta duração e que a estrutura econômica de um determinado país poderá ser fortemente afetada, caso seus governantes não adotarem medidas efetivas para enfrentar a pandemia.

Em função disso, diversas instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, etc.) entendem que os governos nacionais devem deixar de lado o discurso da austeridade fiscal e adotar medidas urgentes em duas direções: por um lado, procurar conter a pandemia visando salvar vidas e, por outro, buscar estimular a economia para evitar o caos econômico e social posterior. Com isso, esse novo cenário global está mostrando claramente às sociedades contemporâneas que o ideário econômico neoliberal que dominou as políticas econômicas nas últimas cinco décadas está sendo fortemente questionado, ao mesmo tempo em que emerge novamente a importância do

---

\* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

Estado enquanto agente decisivo visando implementar políticas efetivas que sejam capazes de, ao mesmo tempo, controlar a pandemia e reaquecer as atividades econômicas.

No cenário mundial, os resultados econômicos relativos ao primeiro semestre de 2020 divulgados recentemente por diversos organismos internacionais revelam os grandes impactos da crise provocada pelo novo coronavírus sobre o funcionamento da economia, os quais deverão perdurar neste e também nos próximos anos. Para tanto, destacam-se os efeitos sobre as principais economias globais. Inicialmente ressalta-se o desempenho da economia chinesa, dada sua importância na dinâmica econômica global, a qual apresentou um crescimento médio trimestral de 6% ao longo dos anos de 2018 e 2019. Já no primeiro semestre de 2020, verificou-se que a China apresentou um PIB negativo da ordem de -6,8%, isto porque a China foi o primeiro país a sofrer os impactos econômicos da crise sanitária mundial. Mesmo assim, hoje já se percebe que as políticas e os estímulos governamentais adotados contribuíram decisivamente para a recuperação rápida das atividades econômicas. Com isso, nota-se que já no segundo trimestre do corrente ano o país apresentou um crescimento de seu PIB de 3,2%, fazendo com que o resultado do primeiro semestre de 2020 fosse negativo em apenas 1,6%, comparativamente ao mesmo semestre do ano anterior. Em grande medida, esses resultados bem expressivos decorrem da recuperação rápida da produção industrial, tendo como consequência direta a redução do desemprego.

Já na primeira economia mundial (EUA), observou-se uma queda de 5% no primeiro trimestre de 2020, significando a maior queda verificada na economia norte-americana desde 2008. Mas o pior viria no trimestre seguinte, quando ocorreu uma contração recorde de 32,9% do PIB. Isso significa que no primeiro semestre de 2020, o PIB estimado em dólares correntes (US\$ 19,4 trilhões) sofreu uma queda de aproximadamente 2,2 trilhões de dólares. Sem dúvida, esse foi o resultado negativo mais expressivo desde a grande recessão de 1929 que, em grande medida, decorreu dos efeitos das medidas de contenção da pandemia sobre os gastos das famílias e das empresas, especialmente entre os meses de março e maio, quando o país foi duramente afetado. Embora parte das atividades tenha sido retomada a partir do mês de junho, o processo de recuperação da economia dos EUA continuou lento nos meses seguintes, uma vez que a pandemia não foi controlada em todos os estados federados.

Também a terceira economia mundial (Japão) não apresentou resultados muito favoráveis do PIB em 2020, uma vez que desde o quarto trimestre de 2019 o país já apresentou queda de 1,9% no PIB, revelando um processo de desaceleração forte ainda

no segundo semestre do referido ano, fato que foi potencializado pela COVID-19. Com isso, observa-se que no ano de 2020 os resultados foram negativos em 0,6% no primeiro trimestre e em 7,8% no segundo trimestre. A consequência é que o Japão foi o primeiro país a entrar em recessão técnica a partir do primeiro semestre de 2020.

Os impactos negativos também foram sentidos por vários países da União Europeia, cuja taxa média de queda foi de 2,8% no primeiro trimestre e de 11,9% no segundo trimestre de 2020. Todavia, alguns países do bloco apresentaram quedas bem maiores nesses dois períodos, conforme segue: França com 5,8% e 13,8%; Espanha com 5,2% e 18,5%; Itália com 4,7% e 12,4%; Alemanha com 2,2% e 10,1%; e Portugal com 3,9% e 13,9%. Com isso, projeta-se uma retração do PIB da União Europeia entre 6 a 7% no corrente ano.

Em função desses resultados, diversos organismos internacionais e organizações multilaterais estão seguidamente atualizando suas projeções sobre o desempenho da economia mundial no ano de 2020. Por um lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ao final de 2019 indicava um crescimento da economia mundial para 2020 da ordem de 3,4%, previu recentemente que a economia mundial deverá sofrer uma retração da ordem de 5% devido à crise da COVID-19. Por outro, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta uma queda de 6% no corrente ano. Já o Banco Mundial projeta uma retração global entre 5 e 6%, sendo que particularmente para a América Latina essa instituição multilateral prevê uma queda do PIB da ordem de 5%.

Na América Latina, os efeitos da pandemia do novo coronavírus também estão sendo expressivos em diversos países da região. Na Colômbia, por exemplo, entre janeiro e agosto de 2020 constatou-se uma queda de 8,1% do PIB, com recuo em praticamente todas as atividades econômicas, em especial as atividades industriais e comerciais. Já no México verificou-se uma queda de 8% do PIB no primeiro semestre de 2020 devido aos efeitos da pandemia. Mesmo que algumas atividades econômicas tenham sido retomadas no país a partir do mês de julho, o ritmo da recuperação ainda era muito lento em relação ao impacto sofrido. Já o Chile apresentou uma queda acumulada de 13,1% no período de janeiro a julho de 2020, enquanto a Argentina apresentou uma queda acumulada de 16,3% no mesmo período.

No caso particular do Brasil, registre-se que a economia do país já vinha apresentando resultados muito ruins desde 2015, uma vez que o comportamento do PIB, em média, teve uma taxa de crescimento negativa da ordem de 0,90% ao ano entre 2015

e 2019. Nesse período foram realizadas diversas reformas estruturais que foram tratadas como salvadoras da pátria (limitação do teto de gastos públicos, reforma trabalhista, reforma da previdência, etc.), mas que pouco contribuíram para expandir as atividades econômicas, uma vez que o país passou a conviver com elevadas taxas de desemprego, ao mesmo tempo em que as taxas de investimento da economia apresentaram os piores resultados das duas últimas décadas.

No início da pandemia (março de 2020), o IBGE divulgou o PIB do país relativo ao ano de 2019, cuja taxa de crescimento atingiu apenas 1,1%, embora estivesse projetada em 2,5% para tal período. Registre-se que o percentual atingido em 2019 foi inferior, inclusive, ao verificado no ano de 2018, que foi da ordem de 1,3%<sup>1</sup>, sendo que também a taxa de investimento foi bem inferior em 2019, comparativamente ao ano anterior. Na verdade, essas informações do PIB relativas ao ano de 2019 revelaram que a economia brasileira já se encontrava operando em um nível bastante baixo antes mesmo de ter sido afetada pelo novo coronavírus. Isso porque as informações mostraram que seu desempenho, além de ser inferior ao do ano anterior, situava-se no mesmo patamar de 2013. Por um lado, o consumo do governo foi negativo; as exportações de bens e serviços caíram 2,5%; e a taxa de investimentos continuava num patamar bastante baixo (15% do PIB), comparativamente ao seu ápice verificado nos anos anteriores à crise (21% do PIB). Por outro, o pequeno crescimento divulgado estava fortemente atrelado à expansão do consumo das famílias, indicador importante, porém com sérias limitações para se garantir taxas sustentáveis de crescimento, especialmente em situações em que perduram taxas de desempregos elevadas devido à retração das atividades econômicas. Mesmo diante desses fatos, o Ministro da Economia continuava afirmando em março de 2020 que a economia do país estava decolando enquanto a economia mundial está desacelerando. Na verdade, essa foi mais uma das tantas afirmações equivocadas que se ouviu dessa autoridade governamental após o início da pandemia.

O fato concreto é que os efeitos da pandemia verificados na maioria dos países do mundo também se fizeram sentir na economia brasileira. Com isso, o PIB apresentou uma queda de 1,5% no primeiro trimestre (quando a pandemia apenas tinha iniciado no país) e de 9,7% no segundo trimestre, percentual que já continha todos os efeitos da pandemia, particularmente nas atividades industriais e de serviços. Com isso, as previsões atuais para o ano de 2020 projetam uma queda do PIB de aproximadamente 5%.

---

<sup>1</sup> Recentemente o IBGE corrigiu esse percentual para 1,8%.

Em função desses indicadores das principais economias da América Latina, a Cepal projeta para 2020 uma queda do PIB agregado do Continente Latino-americano da ordem 10%, sendo que muitos países terão dificuldades para promover a recuperação sustentável de suas atividades econômicas. Registre-se que esse cenário projetado por essa organização se refere a uma situação em que não ocorram novas ondas de contaminação que obrigaria os governos a tomar novas medidas de isolamento social. Com isso, os altos graus de desigualdade e pobreza existentes, aliados aos limites do sistema de proteção social, irão agravar ainda mais as já precárias condições de uma parcela expressiva da população latino-americana.

É neste contexto que a pandemia da Covid-19 precisa ser compreendida e analisada. No caso particular do Brasil, é bem provável que a crise provocada pela pandemia estará sendo conhecida como uma das maiores crises econômicas da história do país. Todavia, ainda é cedo para identificar com precisão os impactos dessa crise sanitária em todas as mesorregiões do país, muito embora diversos dados e informações disponíveis indiquem o nível preliminar dos impactos, especialmente no âmbito das atividades econômicas e do mercado de trabalho.

Neste sentido, desde o início da pandemia o NECAT vem procurando acompanhar seus impactos sobre a economia, tanto em termos de análises semanais sobre a evolução da doença no estado, como na produção de estudos e análises sobre setores de atividades econômicas específicas. Para tanto, oferece esse *Dossiê sobre os impactos da Covid-19 em Santa Catarina* como uma contribuição às análises que estão em curso em diversos centros de estudos e também em organismos governamentais.

O primeiro artigo, intitulado *Impactos da pandemia sobre o setor industrial catarinense* e assinado por Lauro Mattei e Matheus Rosa, procura analisar o desempenho da indústria catarinense durante a pandemia, à luz do comportamento da indústria brasileira no mesmo período. Ao analisar a situação da indústria catarinense no período que antecedeu o início da pandemia no estado (meses de janeiro e fevereiro de 2020), os autores perceberam que esse setor econômico vinha apresentando baixo crescimento desde o ano de 2019, sendo que no início do presente ano foram verificadas pequenas variações positivas.

Na sequência, destaca-se que entre os meses de março e abril o setor foi duramente afetado pela pandemia, ocasionando perdas de 18,5% e 15,4%, respectivamente e que nos meses seguintes (maio a setembro) foram constatadas pequenas variações positivas na

produção, porém a um ritmo incapaz de recompor as perdas sofridas em apenas dois meses, sendo que foi observada, ainda, a redução do ritmo de crescimento das atividades industriais, especialmente nos meses de agosto e setembro. Com isso, o desempenho agregado do setor no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior é negativo da ordem de 9,7%.

A conclusão dos autores destaca que os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados, enfatizando-se o desempenho fortemente negativo dos subsetores de veículos automotores, reboques e carrocerias; metalurgia; produtos minerais não-metálicos; produtos de madeira e produtos de metal. Ressalta-se que apenas o subsetor de produtos alimentícios apresentou um desempenho acumulado com variação positiva no ano de 2020.

O segundo artigo, intitulado *Impactos da COVID-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina nos primeiros oito meses de 2020* e assinado por Lilian de Pellegrini Elias, Mateus Victor Cassol Fronza e Lauro Mattei, procura compreender melhor os efeitos da Covid-19 sobre esse setor, dada a importância do mesmo na composição do PIB catarinense. Tal análise foi realizada à luz do comportamento do mesmo setor no âmbito do país. Inicialmente observou-se que os serviços já vinham apresentando oscilações negativas em diversos meses dos anos de 2018 e 2019, indicando que o processo de desaceleração do setor já estava em curso antes mesmo do início da pandemia no estado.

Ao analisar mais detalhadamente o comportamento do setor, os autores perceberam que o setor de serviços revela mais claramente os efeitos decorrentes das medidas adotadas para o controle da pandemia, especialmente das regras de isolamento social. Tais medidas impactaram fortemente o desempenho do setor nos meses de março e abril, sendo que a partir do mês de maio, com uma maior flexibilização das regras sociais que visavam a contenção da disseminação da doença, foram apresentados resultados que apontavam para uma recuperação do setor. Todavia, tais oscilações positivas acabaram sendo bastante tímidas, fazendo com que ao final do mês de agosto o setor ainda se encontrava em um patamar ligeiramente inferior àquele verificado no mês de fevereiro de 2020, quando a pandemia ainda não tinha afetado o estado. Desta forma, quando se considera o desempenho acumulado no ano de 2020 com igual período do ano anterior, nota-se que o estado ainda apresenta uma variação negativa da ordem de 7,9%. Em grande medida, esse desempenho negativo está sendo fortemente condicionado pelos resultados

negativos demonstrados pelos subsetores de “serviços prestados às famílias” e de “transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio”.

Por fim, os autores destacam importantes implicações que esse fraco desempenho do setor de serviços provoca em outras áreas, especialmente em relação ao comportamento do mercado de trabalho, devido à expressiva participação desse setor na geração de empregos no estado. Registre-se que tal fato certamente foi captado pelas análises do comportamento do emprego que serão mostradas na sequência.

O terceiro artigo, intitulado *O mercado de trabalho catarinense diante da crise da Covid-19* e assinado por Vicente Loeblein Heinen, analisa os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho no estado de Santa Catarina à luz do desempenho desse mercado no país. Inicialmente destaca-se que desde a crise de 2014 o estado vem sofrendo os efeitos do processo de deterioração da estrutura ocupacional, sendo que ao final de 2019 a taxa de ocupação ainda era mais que o dobro daquela verificada no ano de 2014.

Com o início da pandemia no terceiro mês de 2020 houve um agravamento desse cenário, sobretudo a partir do segundo trimestre. Com isso, notou-se que a população ocupada caiu 1,6% entre os meses de janeiro e março e 3,1% entre abril e junho. Em termos absolutos, isso significou que o estado perdeu 164 mil vagas de trabalho somente no primeiro semestre 2020. Agregue-se a isso a suspensão de mais de 200 mil contratos de trabalho entre os meses de abril e junho decorrente do programa emergencial de preservação da renda e do emprego do Governo Federal. O resultado de todo esse processo foi uma elevação brutal do número de desocupados no estado, cujo patamar chegou a 250 mil trabalhadores ao final do primeiro semestre de 2020.

O artigo concluiu que, embora o mercado de trabalho catarinense tenha elevado seu grau de informalidade nos últimos anos, o maior acesso aos direitos trabalhistas e à rede de proteção social contribuiu para reduzir os impactos da Covid-19 sobre Santa Catarina. Mesmo assim, foi possível identificar que os trabalhadores do setor de serviços, os ocupados informalmente e os trabalhadores negros foram as categorias mais afetadas pela crise. Com isso, ainda que ocorra a retomada das vagas perdidas, a queda dos rendimentos e o fechamento e/ou reestruturação das empresas deverão deixar sequelas por muito tempo no mercado de trabalho catarinense.

O quarto artigo, intitulado *Impactos da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina até setembro de 2020* e assinado por Lauro Mattei, Vicente Loeblein Heinen e Maria Eduarda Munaro, analisa os impactos sobre o mercado formal

de trabalho tomando como referência as informações disponibilizadas pelo Novo Caged, sob responsabilidade do Ministério da Economia. As informações foram separadas em três períodos distintos: o período 1 diz respeito aos meses de janeiro e fevereiro de 2020 quando o estado ainda não tinha sido afetado pela doença; o período 2 se refere aos meses de março a maio quando ocorreu a fase com maiores restrições para controle da pandemia; e o período 3 quando houve flexibilização das medidas de controle visando a recuperação das atividades econômicas. Além disso, foram explorados todos os quesitos qualitativos sobre o mercado formal de trabalho disponibilizado pelo sistema estatístico do governo federal, a saber: grupamento de atividades, sexo dos trabalhadores, faixa etárias e grupamento ocupacionais.

Dentre as principais conclusões, destaca-se que o mercado formal de trabalho no Brasil em 2020 sofreu um forte abalo no período mais agudo das restrições (março a maio) levando a um corte de mais de 1.5 milhões de vínculos formais de trabalho. Mesmo com a recuperação das atividades econômicas a partir do mês de junho, observou-se que no âmbito do país no mês de setembro ainda se convive com um saldo negativo de mais de 500 mil vínculos, comparativamente ao patamar anterior ao início da pandemia. Já em relação ao estado de Santa Catarina, nota-se que houve um processo mais expressivo de recuperação das vagas formais de trabalho a partir do mês de junho, fazendo com que o saldo acumulado do ano ficasse levemente positivo, de tal forma que retornasse ao patamar do início do ano.

Do ponto de vista do grupamento de atividades, nota-se que tanto no país como no estado catarinense, os setores do comércio, alojamento e alimentação, transportes, armazenagem e correios, atividades administrativas e serviços complementares e educação foram os mais afetados. E que a indústria de transformação foi o grupamento de atividades que apresentou os melhores resultados. Com isso, notou-se que zerou seu déficit no último mês da série considerada. Registre-se que esse resultado poderia ter sido pior se não tivesse ocorrido um bom desempenho da construção, indústria extrativa e administração pública, defesa e seguridade social.

Quanto ao sexo, notou-se que durante o período com maiores restrições, tanto no país como em Santa Catarina, ocorreu um forte processo de desligamentos de homens e mulheres. Todavia, quando se analisa o período de retomada das atividades econômicas, percebe-se que as mulheres foram as grandes prejudicadas, uma vez que a cada contratação de quatro homens, somente uma mulher voltou a ser contratada. Com isso, o saldo acumulado no ano continua negativo para as mulheres.



Do ponto de vista ocupacional, tanto no Brasil como em Santa Catarina observou-se que os trabalhadores vinculados aos setores que mais restringiram suas atividades foram exatamente aqueles que mais sofreram os impactos da pandemia. Assim, trabalhadores dos serviços, de vendedores do comércio em lojas e mercados, dos serviços administrativos e dirigentes e gerentes de empresas estão entre as categorias mais afetadas, destacando-se que os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais foram aqueles que tiveram melhores condições de recuperação do emprego entre os meses de junho e setembro.



Desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, no mês de março de 2020, o Necat/UFSC vem realizando estudos e debates sobre os impactos da COVID-19 na socioeconomia catarinense, seja organizando seminários, elaborando texto para discussão ou até mesmo produzindo artigos específicos sobre determinados setores econômicos. Dada a importância de se ter um acompanhamento mais qualificado dos impactos da grave crise atual, a Revista NECAT apresenta o *Dossiê I – Impactos da Covid-19 em Santa Catarina*, composto por um conjunto de estudos realizados pelo Núcleo, com o objetivo de divulgar de forma mais ampla junto ao meio acadêmico e sociedade em geral os resultados obtidos por esses estudos até o momento. Ao mesmo tempo, tal publicação procura estimular debates sobre o desenvolvimento socioeconômico catarinense diante do grave cenário atual. Com isso, entendemos que enquanto universidade pública, estamos deixando mais esta contribuição à sociedade catarinense.